

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

## RELATÓRIO E PARECER

---

PROJETO DE RESOLUÇÃO — “POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DOS  
AÇORES”

PONTA DELGADA  
MAIO DE 2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2020 Proc. n.º 109
Data:	014/07/03 N.º 66/E



---

**TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 30 de Maio de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, e também por videoconferência com as Delegações da Graciosa, Pico, Terceira e a Sede no Faial, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução — “Posição Geoestratégica dos Açores”.

---

**1.º. CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

---

O Projeto de Resolução foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



---

2º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

---

O presente Projeto de Resolução pretende, genericamente, recomendar ao Governo Regional que encomende um estudo à Universidade dos Açores sobre a “posição geoestratégica dos Açores”.

A iniciativa apresenta, a título de fundamentação da respetiva pretensão, os seguintes argumentos:

Que a posição geográfica dos Açores tem merecido, ao longo dos tempos, o interesse mundial por razões económicas, sociais, militares, científicas e tecnológicas;

Que existem novas dimensões da importância estratégica dos Açores que facultam um amplo campo de possibilidades no domínio económico, científico e tecnológico, como seja nos acordos comerciais, nas alterações climáticas, no ambiente, nas energias renováveis, nos fluxos migratórios, no agroalimentar, na astrofísica, no aeroespacial, na oceanografia, na vulcanologia, na sismologia;

Que a posição geoestratégica do Arquipélago pode continuar a ser um valor e um ativo no domínio económico, desde logo como meio para facilitar as trocas comerciais em atuais e futuros acordos comerciais da União Europeia à escala global;

Que a centralidade dos Açores cria oportunidades estratégicas no domínio de várias potencialidades relacionadas com a navegação aérea e naval;

Que o Estado Português e a União Europeia devem ter presentes as vantagens da posição estratégica dos Açores em acordos comerciais multilaterais e bilaterais;

Que a posição geográfica do Arquipélago dos Açores pode permitir à União Europeia maiores possibilidade de gestão, controlo e vigilância da navegação marítima e aérea;

Que a posição geoestratégica dos Açores contribui para o desejado e imprescindível processo de internacionalização da economia regional;



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Que a posição geoestratégica dos Açores pode ser melhor aproveitada no quadro da política externa da União Europeia;

Que importa conhecer de forma institucional, política e jurídica as vantagens e os desafios da posição geoestratégica dos Açores; e

Que a construção de uma política de posicionamento da geografia dos Açores deverá envolver a Universidade dos Açores no domínio do conhecimento e outras instituições que a Universidade considere relevantes.

Assim, em concreto, a presente iniciativa resolve recomendar “ao Governo Regional dos Açores que encomende à Universidade dos Açores um estudo sobre a importância da posição geoestratégica e geopolítica dos Açores, estabelecendo e fundamentando as vantagens desta posição nos vários domínios do científico ao tecnológico ou económico”.

**A Comissão Permanente de Economia deliberou, sobre esta matéria, ouvir o Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas.**

**No dia 30 de Maio de 2014 a Comissão ouviu o Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas.**

O Deputado António Ventura, convidado a apresentar o diploma, começou por afirmar que este era um projeto muito simples e que versava uma temática que era do domínio público e que, no fundo, tinha a ver com as vantagens que tínhamos atualmente pela posição geoestratégica e as que poderíamos vir a ter num futuro próximo. O Deputado afirmou que se tratava, apenas, de pedir ao Governo dos Açores para tirar partido da nossa posição que é geoestratégica.

Referiu que a centralidade dos Açores, apesar da conhecida ultraperiferia, já tinha dado frutos na concretização de projetos de dimensão que ultrapassam as nossas fronteiras, em Santa Maria e na Graciosa, por exemplo, mas que existiam outras possibilidades, como os acordos comerciais, apesar do comércio livre entre os Estados Unidos da América e a União Europeia.

O Deputado reforçou que se tratava de afirmar, dentro do espaço europeu e fora dessas fronteiras, as políticas futuras como trunfos para os Açores e, no fundo, para a União Europeia.

O Governante, por um lado, começou por demonstrar a sua satisfação pelo debate sobre este importante tema que está implícito nesta recomendação ao Executivo Regional e, por outro lado, afirmou que este estudo, que se pedia que fosse feito pela Universidade dos Açores, era tão



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

abrangente, envolvendo todas as áreas da governação, que muito dificilmente poderia ter algum sucesso, por não permitir uma análise objetiva. Referiu, como exemplo, que olhando para os considerandos do projeto não se conseguia delimitar o objeto do estudo.

Reforçou ainda que o âmbito do levantamento solicitado era tão abrangente que algumas das questões já eram trabalhadas por departamentos específicos do Governo e da própria União Europeia. Como exemplo explicitou que a União Europeia tinha encomendado vários estudos sobre as áreas aqui propostas.

Por fim, referiu que, com todo o debate existente na União Europeia e o trabalho desenvolvido para tratar destes assuntos, já conhecido e consensual, a encomenda deste vasto estudo se revelava como desnecessária.

O Deputado António Ventura questionou o Governante se não considerava importante o estudo encomendado à academia, dando-lhe liberdade nos critérios de abrangência para optar pelas áreas mais importantes que considerassem mais-valias. Lembrou que este trabalho, se fosse muito específico, iria limitar a nossa visão e visão política da União Europeia sobre estas questões.

Por último, afirmou que este projeto não pretendia desvalorizar nem minimizar o papel do Governo dos Açores até porque, caso seja aprovado, era o órgão máximo que encomendava o estudo.

O Subsecretário Regional reafirmou que a encomenda deste estudo, nos termos em que era pedido, abrangia uma área muito vasta e que os seus resultados eram já conhecidos e como tal era inócuo.

Reforçou ainda, a título de exemplo, que os acordos comerciais não podiam estar incluídos porque já se encontravam negociados.

De seguida, reafirmou que este projeto tinha algumas debilidades por ser muito vasto e referiu algumas lacunas, como a omissão do acordo com o Japão, o turismo ou a biodiversidade. Insistiu ainda que o resultado da sua aplicação não tinha qualquer utilidade face ao já existente.

O Deputado António Ventura lembrou que os considerandos não eram os resultados do estudo.

Em resposta, o Governante confirmou que mesmo assim a proposta era de formulação genérica e pouco objetiva.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Félix Rodrigues começou por afirmar que a importância geoestratégica dos Açores não levantava dúvidas a ninguém e que não se podia confundir a posição geoestratégica com acordos. Referiu que essa posição era importante para os Americanos, mas que para Portugal ou para a União Europeia isso não era bem assim.

De seguida afirmou que, em primeiro lugar, era preciso definir e perceber o que era a posição geoestratégica. Referiu que havia muito trabalho feito a nível Europeu para reforçar a nossa condição estratégica militar, de vigilância e controlo marítimo. Perguntou de seguida quais os contactos existentes com o Governo da República para reforçar o papel da Região Autónoma dos Açores.

O Governante afirmou que a posição geoestratégica dos Açores provinha da geografia e das características endógenas do nosso território.

Referiu que a questão levantada pelo Deputado Félix Rodrigues reforçava ainda mais a ideia que esta iniciativa não continha dados suficientes para justificar a encomenda do estudo, por ser muito vasto e pouco objetivo.

Informou ainda que o Governo dos Açores tinha um relacionamento diário com o Governo da República e contactos com a União Europeia no sentido de valorizar a posição da Região, como eram os casos do projeto Costa e outros projetos inovadores. O Governo dos Açores, segundo o Subsecretário Regional, “dinamiza e dá projeção às potencialidades dos Açores”.

O Deputado Félix Rodrigues perguntou se existiam negociações para lançar o projeto Costa.

O Membro de Governo começou por dizer que esse era apenas um exemplo do trabalho que estava a ser desenvolvido. Existiam outros que já deram frutos, como o da Estação Geodésica de Santa Maria, o Piconare ou a Estação da Graciosa sobre as alterações climáticas.

O Deputado Paulo Estevão começou por afirmar que a postura do Governo Regional na Comissão era dececionante. Referiu que não existia nenhum estudo do género e que esse era fundamental para, de facto, se definir o que era a posição estratégica dos Açores.

Sobre esta proposta, o Deputado defendeu que a mesma devia ser realizada nas áreas que os especialistas entendessem como úteis.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Depois perguntou que estudo geopolítico havia nos Açores e se esse estudo tinha em conta o alargamento do canal do Panamá ou a abertura do tráfego marítimo no Ártico, aferindo-se assim se essas variantes tinham impacto na nossa capacidade.

Referiu que a União Europeia assistia a uma instabilidade no norte de África, que a expansão para leste estava em risco e que a única opção era para oeste, para o Atlântico.

Deste modo o Deputado reforçou a ideia de que era necessário fazer o enquadramento desta matéria e este estudo que aqui está em causa, e que nunca foi feito, podia muito bem fazer uma análise regional.

O Governante afirmou que, na sua opinião, a intervenção do Deputado Paulo Estevão só vinha reforçar a ideia que este pedido era muito vasto.

Em resposta, o Deputado afirmou que estávamos perante uma proposta e que o seu autor, o PSD, podia muito bem alterar o seu conteúdo, mas que a questão central era a inexistência de qualquer estudo feito na nossa perspetiva, privilegiando os nossos interesses, considerando, no entanto, que era importante delimitar as áreas como sugeria o Governo.

O Deputado André Bradford constatou que esta proposta era demasiado genérica e que se presumia, pelas declarações anteriores, que o estudo já estaria identificado. Referiu que um estudo não era uma mera listagem de potencialidades, mas antes um documento feito num quadro integrado, identificando parcerias e áreas preferenciais no relacionamento externo.

De seguida, referiu que existiam documentos e estudos sobre esta matéria que apontavam para uma mudança de paradigma verificada em 2008, nomeadamente um relatório da Comissão Europeia para encontrar soluções e potenciar as Regiões Ultraperiféricas da Europa aproveitando os seus contributos específicos e mais-valias no plano externo.

O Membro do Governo confirmou a existência de diversos documentos, nomeadamente estudos elaborados por entidades externas e pela própria Comissão Europeia sobre geoestratégia, nomeadamente uma comunicação de 2008 com os pareceres fundamentais e onde se identificava uma série de áreas que podiam ser trabalhadas e potenciadas para trazer valor acrescentado às Regiões Ultraperiféricas.

Segundo o Governante, a estratégia nacional do mar e os documentos do próximo período de programação, onde se constatava a ligação das perspetivas científicas, tecnológica e comercial,



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

são um exemplo disso e que, como tal, a Região Autónoma dos Açores já estava na posse desses dados.

O Deputado André Bradford referiu, por último, que esta proposta subvertia o papel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que devia ser esta a pedir o estudo se entendesse que tal era necessário.

O Deputado António Ventura perguntou ao Governante se considerava que a massa crítica existente na academia não era capaz de distinguir e perceber o que efetivamente seria necessário. O Governo Regional, prosseguiu o Deputado, estava, deste modo, a sobrepor-se à Universidade dos Açores e às personalidades que iriam fazer esse estudo.

O Deputado Paulo Estevão perguntou se existia algum estudo que partisse da premissa da valorização das nossas capacidades e se o considerava importante para a tomada de decisões políticas.

O Deputado Félix Rodrigues quis saber quais os principais vetores para a estratégia geopolítica.

O Governante começou por dizer que o Executivo reconhecia o interesse destas questões e que não ponha em causa as capacidades da Universidade dos Açores nem das personalidades referidas. Reafirmou que a formulação desta proposta era ~~de~~ tão alargada e abrangente que não permitia um estudo objetivo, abrangendo todas as áreas com implicação na nossa economia, quer sejam relevantes ou não.

**A Comissão decidiu, por maioria, com os votos a favor do PSD e PPM e abstenções com reserva de posição para o Plenário do PS, CDS-PP e BE, nada ter a opor ao presente diploma.**



O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César

